

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações
financeiras individuais

31 de dezembro

20
20

nybank

Diretoria

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

DIRETORA PRESIDENTE

Cristina Helena Zingaretti Junqueira

DIRETORES

Adam Edward Wible

Alessandro da Costa Prado*

Bruno Magrani de Souza

Guilherme Marques do Lago

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Marcelo Kopel

Vitor Guarino Olivier

CONTADORA

Valesca Cidronio Gomes

CRC - 1SP-309969/O-6

(*) Diretor responsável pela contabilidade

Relatório da administração

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia” ou “Nu Financeira”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

PERFIL CORPORATIVO

A Nu Financeira foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Companhia faz parte do Nubank (ou “Grupo”) e tem como controladora direta a Nu Pagamentos S.A (“Nu Pagamentos”).

A Companhia foi constituída com o objetivo de distribuir novos produtos para os clientes do Nubank. Lançado em fevereiro de 2019, o empréstimo pessoal oferece aos clientes um processo de contratação de empréstimo totalmente customizável em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nubank. As informações do contrato são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação; além disso, os recursos da operação são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank, que é uma conta 100% digital, sem cobrança de tarifas de manutenção e com remuneração de 100% do CDI. O cliente consegue realizar o gerenciamento dos pagamentos de maneira fácil e prática dentro do próprio aplicativo.

Em junho de 2019, a Companhia passou a emitir o Recibo de Depósito Bancário (RDB), com liquidez diária, ofertado para os clientes da marca Nubank através da Conta do Nubank.

Em março de 2020, a Companhia passou a conceder crédito aos portadores de cartões de crédito, emitidos pela sua controladora, em função de faturas vencidas, parceladas, crédito rotativo, entre outros.

Em setembro de 2020, a Companhia lançou uma nova modalidade de RDB, a qual consiste em oferecer aos clientes novas opções para investimento com remuneração que varia, entre 102% a 126% do CDI, de acordo com o prazo para resgate definido pelo cliente, que pode ser entre 3 e 36 meses.

DESTAQUES FINANCEIROS

a. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante o exercício social de 2020, a Companhia manteve o aumento da sua carteira de empréstimo pessoal, passando também a conceder crédito aos portadores de cartões de crédito emitidos pela Nu Pagamentos. A carteira total de recebíveis com características de concessão de crédito totalizou R\$1.564.552 em 31 de dezembro de 2020, com uma provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$253.258.

As operações de empréstimo pessoal, em 31 de dezembro de 2020, somaram o montante de R\$1.044.401, o que representa um aumento de mais de 300% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, quando registrou-se o valor de R\$253.971. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito referente às operações de empréstimo pessoal apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$136.255, comparado com R\$20.110 em 31 de dezembro de 2019.

As operações de cartão de crédito, em 31 de dezembro de 2020, somaram o montante de R\$520.151; e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito referentes a essas operações apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$117.003.

b. Depósitos

A Companhia demonstrou, durante o exercício, um aumento nas suas operações de captação em decorrência do RDB oferecido através da Conta do Nubank. Ao contrário da conta de pagamentos tradicional, cujo dinheiro fica lastreado em títulos públicos, os valores aplicados em RDB são utilizados como *funding* para as operações da Companhia.

Em setembro de 2020, a Companhia lançou uma nova modalidade de RDB, chamado de resgate planejado. Conforme descrito anteriormente, esta modalidade difere de uma aplicação em RDB comum, pois possui prazos de resgate entre 3 e 36 meses e rendimentos entre 102% a 126% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, a Nu Financeira possuía o saldo total de R\$23.110.995 captados através de RDB, o que representa um aumento de mais de 450% quando se compara ao montante de R\$4.094.037 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia possui a modalidade de Recibo de Depósito Bancário vinculados 100% a títulos públicos (RDBV), com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2020, a Nu Financeira possuía o saldo de R\$469.737 em depósitos através da emissão desse instrumento, em 31 de dezembro de 2019 este saldo era de R\$1.425.862.

A Companhia, em 7 de julho de 2020, realizou emissão de instrumento de Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Em 31 de dezembro de 2020, a Nu Financeira possuía o saldo de R\$101.436 nesta modalidade de depósito.

c. Aumento de capital e política de destinação de lucros

Em assembleia geral extraordinária realizada em 6 de março de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$200.000, o qual foi aprovado pelo BACEN em 6 de abril de 2020. Em 3 de julho de 2020, a assembleia geral extraordinária deliberou novo aumento de capital no montante de R\$264.925, este aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$250.000, o qual foi aprovado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2021. Com isso, a Companhia encerrou o exercício de 2020 com um capital social de R\$844.925.

Em relação à destinação do lucro líquido, quando houver, o estatuto social da Companhia estabelece que deverá ser destinado pela assembléia geral após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social, e pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

d. Investimentos

Em 11 de setembro de 2020, o Nubank anunciou a aquisição das empresas integrantes da plataforma de investimentos Easynvest.

A Easynvest possui na data da compra, 1,5 milhões de clientes, e cerca de R\$24 bilhões de ativos sob custódia e mais de 400 opções de investimentos, sendo a maior corretora independente a dar autonomia para as pessoas realizarem seus investimentos, além de buscar democratização do acesso a serviços financeiros no país.

A conclusão da aquisição ocorrerá após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

No ano de 2020, visando aumentar o portfólio de produtos para os clientes do Nubank, a Companhia iniciou o processo de constituição de uma sociedade controlada denominada Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Nu DTVM"), a qual terá como objetivo distribuir fundos de investimentos do Nubank e também de terceiros, ofertar instrumentos financeiros de renda fixa e variável e também prover serviço de custódia de ativos. No dia 23 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a autorização para funcionamento da Nu DTVM pelo BACEN.

SUSTENTABILIDADE

O Nubank nasceu digital, com foco em eficiência, e sempre comprometido a ter uma operação com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Motivado por isso, em setembro de 2020 as companhias do Grupo zeraram a emissão de carbono de toda a sua história, através de projetos no Brasil e no México que, a partir de suas atividades, geram créditos de carbono que compensam nossas emissões.

Um crédito de carbono geralmente é medido em tonelada de CO₂ que deixa de ser gerado pelo uso de energia limpa, por evitar o desmatamento, por reflorestamento, substituição de combustíveis, entre outras ações.

Esses créditos, então, são comprados por empresas que desejam neutralizar sua emissão de carbono. Para isso, elas calculam quantas toneladas de CO₂ emitiram por meio de suas atividades e compram os créditos equivalentes.

PANDEMIA COVID-19: AÇÕES

O Nubank realizou uma série de iniciativas visando garantir a saúde de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes em resposta à expansão do COVID-19.

O Nubank foi uma das primeiras empresas brasileiras a rapidamente transicionar para o modelo de trabalho remoto de todos os funcionários, que eram 2.500 funcionários à época, incluindo o envio de computadores, monitores, teclados e até mesmo cadeiras ergonômicas, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade. Em decorrência do sucesso deste modelo, foi possível continuar contratando, globalmente, novos funcionários.

Para os clientes, foi desenhado um plano que pudesse auxiliá-los em outras esferas que vão além da gestão de suas finanças. Houve direcionamento da verba de marketing e outros ganhos de eficiência à campanha "Pessoas Primeiro" para atender a pedidos específicos de clientes com apoio para compras em supermercado, consumo em restaurantes, medicina e assistência psicológica. Além disso, as condições de refinanciamento para pagamento da fatura de cartão de crédito e de clientes que contraíram crédito pessoal foram flexibilizadas, com políticas de taxa de juros menores e com prorrogação de vencimentos.

O Nubank também foi responsável por auxiliar mais de 500 mil clientes a receberem diretamente o auxílio emergencial de 600 reais do governo federal, totalizando mais de 407 milhões de reais em repasses.

O Grupo criou uma nova função no aplicativo para que clientes possam contribuir com a luta contra a COVID-19 através de doações para destinação a diversas instituições que estão atuando ativamente no combate à pandemia.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, a Companhia prosseguiu monitorando diariamente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de comitês específicos, além de melhorias da estrutura de controles internos e do reforço dos exercícios de testes de estresse, com cenários potenciais adicionais decorrentes da crise, incluindo indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo prazo para o pós-crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - SãoPaulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 10, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade, conforme previsto o art. 5º da resolução 2.682/99, a qual pode resultar em um nível de provisão acima dos percentuais mínimos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância do saldo das operações de crédito e ao elevado grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte de nossos especialistas em riscos de crédito, avaliamos os julgamentos utilizados pela Instituição na definição das principais premissas, bem como dos impactos decorrentes da crise gerada pela pandemia do Covid-19, utilizados na atribuição dos níveis de risco de crédito. Adicionalmente, recalculamos o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa e avaliamos se a provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de Fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balancos patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.839.114	2.087.762
Disponibilidades		23.098	13.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez		6.816.016	2.074.128
Instrumentos financeiros		18.432.326	4.143.217
Títulos e valores mobiliários	6	14.906.032	3.386.028
Instrumentos financeiros derivativos	7	265	942
Relações interfinanceiras	8	426.331	-
Operações adquiridas em cessão	9	1.535.146	502.273
Operações de crédito	10	1.564.552	253.971
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(253.258)	(20.110)
Outros créditos	11	125.946	31
Créditos tributários	22	139.510	13.021
Intangível		5.930	-
Amortizações		(282)	-
Total do Ativo		25.289.286	6.223.918
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		24.197.504	6.014.858
Depósitos	13	23.682.168	5.519.899
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	502.775	490.590
Instrumentos financeiros derivativos	7	12.561	4.369
Outras obrigações	15	276.628	101.561
Provisões legais	16	5	-
Obrigações fiscais diferidas	22	33.261	-
Total do Passivo		24.507.398	6.116.419
Patrimônio líquido	18	781.888	107.499
Capital social		844.925	130.000
Reservas de capital		3.655	475
Outros resultados abrangentes		37	-
(-) Prejuízos acumulados		(66.729)	(22.976)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		25.289.286	6.223.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	19	610.971	925.214	125.592
Receita de operações de crédito.....		292.926	360.572	35.037
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		286.940	520.343	88.282
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão.....		31.105	44.299	2.273
Despesas de intermediação financeira	20	(342.443)	(609.493)	(97.313)
Despesa de juros e similares.....		(190.082)	(347.966)	(89.459)
Despesa com tarifas e similares.....		(14.461)	(21.870)	(2.371)
Resultado de negociação de derivativos.....		(137.900)	(239.657)	(5.483)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		268.528	315.721	28.279
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	10	(211.211)	(256.362)	(20.110)
Resultado de intermediação financeira		57.317	59.359	8.169
Outras receitas/despesas operacionais	21	(67.074)	(125.523)	(40.394)
Outras despesas relacionadas a crédito.....		(203)	(210)	(11)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados...		(1.571)	(3.061)	(1.428)
Despesas de pessoal.....		(34.938)	(60.586)	(24.248)
Despesas tributárias.....		(13.420)	(15.890)	(1.805)
Despesas de provisões legais.....		-	(5)	-
Outras despesas administrativas.....		(15.313)	(23.551)	(9.813)
Outras despesas operacionais.....		(1.629)	(22.220)	(3.097)
Outras receitas operacionais.....		-	-	8
Resultado antes de tributos e participações		(9.757)	(66.164)	(32.225)
Tributos e participações	22	4.620	22.411	11.477
Provisão para imposto de renda.....		(44.256)	(44.256)	(29)
Provisão para contribuição social.....		(26.586)	(26.586)	(31)
Imposto fiscal diferido.....		75.462	93.253	11.537
Resultado líquido		(5.137)	(43.753)	(20.748)
Prejuízo por ação (em R\$).....		(0,01)	(0,05)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	
		2º Semestre	Exercício
Resultado líquido		(5.137)	(43.753)
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado			
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	6	(164)	37
Variação do valor justo		(272)	62
Imposto diferido		108	(25)
Resultado abrangente líquido		(5.301)	(43.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2018		80.000	-	-	(2.228)	77.772
Aumento de capital	18	50.000	-	-	-	50.000
Outorgas de plano de ações	18	-	475	-	-	475
Resultado do exercício		-	-	-	(20.748)	(20.748)
Saldo em 31/12/2019		130.000	475	-	(22.976)	107.499
Mutações no período		50.000	475	-	(20.748)	29.727
Saldo em 31/12/2019		130.000	475	-	(22.976)	107.499
Aumento de capital	18	464.925	-	-	-	464.925
Aumento de capital - pendente autorização	18	250.000	-	-	-	250.000
Outorgas de plano de ações	18	-	3.180	-	-	3.180
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado	6	-	-	37	-	37
Resultado do exercício		-	-	-	(43.753)	(43.753)
Saldo em 31/12/2020		844.925	3.655	37	(66.729)	781.888
Mutações no período		714.925	3.180	37	(43.753)	674.389
Saldo em 30/06/2020		330.000	3.099	201	(61.592)	271.708
Aumento de capital	18	264.925	-	-	-	264.925
Aumento de capital - pendente autorização	18	250.000	-	-	-	250.000
Outorgas de plano de ações	18	-	556	-	-	556
Ajuste de avaliação patrimonial - marcação a mercado	6	-	-	(164)	-	(164)
Resultado do semestre		-	-	-	(5.137)	(5.137)
Saldo em 31/12/2020		844.925	3.655	37	(66.729)	781.888
Mutações no período		514.925	556	(164)	(5.137)	510.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

		31/12/2020		31/12/2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido.....		(5.137)	(43.753)	(20.748)
Ajustes ao resultado líquido				
Amortização.....		282	282	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta.....	10	211.360	256.511	20.110
Obrigações fiscais diferidas.....	22	(75.462)	(93.253)	(11.537)
Despesas de provisões legais.....	16	-	5	-
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários.....		139	(75.841)	(5.907)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros passivos.....		(1.224)	(227)	8.620
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos.....		7.685	8.869	(730)
Juros de Instrumentos de dívida elegíveis a capital, não realizados.....	14	5.499	10.490	5.152
Juros de instrumentos financeiros emitidos.....	14	5.075	13.826	15.845
Plano de ações.....	18	556	3.180	475
Resultado ajustado.....		148.773	80.089	11.280
(Aumento)/redução líquido de ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários para negociação.....		(7.171.357)	(11.054.539)	(3.330.777)
Relações interfinanceiras.....		(426.331)	(426.331)	-
Operações adquiridas em cessão.....		(1.033.020)	(1.032.873)	-
Operações de crédito.....		(1.253.524)	(1.333.944)	(253.971)
Outros créditos.....		(9.720)	(125.915)	(502.108)
Aumento/(redução) líquido de passivos operacionais:				
Depósitos.....		10.301.742	18.162.269	4.094.037
Outras obrigações.....		46.636	185.150	1.529.182
Pagamento de juros sobre instrumentos financeiros emitidos.....	14	(396)	(396)	-
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social.....		(8.010)	(10.083)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais.....		594.793	4.443.427	1.547.643
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Variação líquida de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação.....		121.695	(389.562)	31.877
Aquisição de intangível.....		(5.930)	(5.930)	-
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento.....		115.765	(395.492)	31.877
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de obrigações de instrumentos de dívidas emitidos.....	14	-	-	383.008
Aumento de instrumentos de dívida elegíveis a capital.....	14	-	-	75.000
Pagamento de principal sobre instrumentos financeiros emitidos.....	14	(11.508)	(11.508)	-
Aumento de capital.....	18	514.925	714.925	50.000
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento.....		503.417	703.417	508.008
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....		5.625.139	2.087.762	234
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício.....		6.839.114	6.839.114	2.087.762
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....		1.213.975	4.751.352	2.087.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nu Financeira S.A. - SCFI (“Companhia” ou “Nu Financeira”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 - São Paulo - Brasil.

A Nu Financeira tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em junho de 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nubank.

A Companhia faz parte do Nubank (ou “Grupo”), que é liderado no Brasil pela sua controladora Nu Pagamentos S.A (“Nu Pagamentos”), e que possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd (“Nu Holdings”).

O plano de negócio da Nu Financeira prevê o crescimento do volume de operações de empréstimo pessoal aos clientes portadores de contas de pagamento (Conta do Nubank) juntamente à Nu Pagamentos, bem como a oferta de novos produtos que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 26 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reapresentação do Balanço patrimonial e da Demonstração do resultado

A Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020, que revogou a Resolução nº 4.720 do CMN de 13 de maio de 2019, e a Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020, estabelecem critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras a serem aplicados prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2021 que alteraram de forma relevante a apresentação das demonstrações financeiras. Dessa forma os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentados nesta demonstração financeira para fins comparativos, estão sendo reapresentados, além da inclusão da apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a qual a Companhia optou pela apresentação prospectiva. Não houve alteração no saldo total do ativo, patrimônio líquido e resultado líquido do exercício reapresentado.

Balanço patrimonial

	<u>31/12/2019</u> (Originalmente apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	2.087.762	2.087.762
Disponibilidades	13.634	-	13.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	2.074.128	-	2.074.128
Instrumentos financeiros	-	4.143.214	4.143.214
Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos	3.386.758	(3.386.758)	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	3.386.028	3.386.028
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	942	942
Operações adquiridas em cessão.....	-	502.273	502.273
Operações de crédito.....	253.971	-	253.971
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....	(20.110)	20.110	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(20.110)	(20.110)
Outros créditos.....	515.537	(515.506)	31
Créditos tributários.....	-	13.021	13.021
Total ativos	6.223.918	-	6.223.918

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>31/12/2019</u>
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	-	6.014.858	6.014.858
Depósitos.....	4.094.037	1.425.862	5.519.899
Recursos de aceites e emissão de títulos.....	402.572	88.018	490.590
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	4.369	4.369
Outras obrigações.....	1.619.810	(1.518.249)	101.561
Patrimônio líquido.....	107.499	-	107.499
Capital social.....	130.000	-	130.000
Reservas de capital.....	475	-	475
(-) Prejuízos acumulados.....	(22.976)	-	(22.976)
Total do passivo e patrimônio líquido.....	6.223.918	-	6.223.918

A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está divulgada nas respectivas notas explicativas.

Houve ainda a adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como:

- Caixa e equivalentes de caixa - agrupamento de Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Abertura da linha de Operações adquiridas em cessão;
- Instrumentos financeiros - agrupamento de Títulos e valores mobiliários, Derivativos, Operações adquiridas em cessão e Operações de crédito;
- Depósitos e demais instrumentos financeiros - agrupamento de Depósitos, Recursos de aceites e emissão de títulos e Derivativos.

Demonstração do resultado

	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receitas de intermediação financeira	119.492	6.100	125.592
Receita de operações de crédito	-	35.037	35.037
Operações de crédito	34.707	(34.707)	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	88.282	88.282
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	87.995	(87.995)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.483)	5.483	-
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	2.273	2.273
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	2.273	(2.273)	-
Despesas de intermediação financeira	(110.718)	13.405	(97.313)
Despesa de juros e similares	-	(89.459)	(89.459)
Operações de captação no mercado	(90.608)	90.608	-
Despesa com tarifas e similares	-	(2.371)	(2.371)
Resultado de negociação de derivativos	-	(5.483)	(5.483)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.110)	20.110	-
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas	-	28.279	28.279
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(20.110)	(20.110)
Resultado de intermediação financeira	-	8.169	8.169
Outras receitas/despesas operacionais	(40.999)	605	(40.394)
Outras despesas relacionadas a crédito	-	(11)	(11)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	-	(1.428)	(1.428)
Despesas de pessoal	(24.248)	-	(24.248)
Despesas tributárias	(1.805)	-	(1.805)
Outras despesas administrativas	(12.065)	2.252	(9.813)
Outras despesas operacionais	(3.219)	122	(3.097)
Outras receitas operacionais	338	(330)	8
Resultado antes de tributos e participações	(32.225)	-	(32.225)
Tributos e participações	11.477	-	11.477
Resultado líquido	(20.748)	-	(20.748)

- A abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito”;
- Mudança da alocação da “Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito” passando a ser apresentada em linha destacada dentro do “Resultado de intermediação financeira”;

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular no 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN, está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados para relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de valuation, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(i) Hedge

A Companhia aplica contabilidade de hedge para representar os efeitos econômicos de suas estratégias de gerenciamento de risco conforme a Circular nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, do BACEN. No momento em que um instrumento financeiro é designado como hedge (ou seja, no início do hedge), a Companhia documenta formalmente a relação entre o(s) instrumento(s) de hedge e o(s) item(s) coberto(s), seu objetivo de gerenciamento de risco e estratégia para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação de cada instrumento de cobertura e respectivo item coberto, a natureza do risco coberto e a forma de avaliação da eficácia do instrumento de hedge na compensação da exposição à alteração no valor do item coberto.

Dessa forma, a Companhia avalia formalmente, tanto no início do hedge como de forma contínua, se os instrumentos de hedge foram e serão altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo atribuíveis ao risco protegido durante o período em que a proteção é realizada. Um hedge é normalmente considerado altamente eficaz se, no início e ao longo de sua vida, a Companhia puder esperar, e os resultados reais indicarem, que mudanças no valor justo ou no fluxo de caixa dos itens protegidos são efetivamente compensadas por mudanças no valor justo ou no resultado. Se em qualquer momento se concluir que não é mais altamente eficaz para alcançar seu objetivo documentado, a contabilidade de hedge é descontinuada.

Quando os derivativos são mantidos para fins de gestão de risco, e quando as transações atendem aos critérios exigidos para documentação e efetividade do hedge, os derivativos podem ser designados como: (i) hedge da mudança no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes (hedge de risco de mercado); (ii) hedge da variabilidade nos fluxos de caixa futuros altamente prováveis atribuíveis a um ativo ou passivo reconhecido, ou uma transação prevista (hedge de fluxo de caixa); ou (iii) hedge de investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). A única contabilidade de hedge aplicada pela Companhia foi descontinuada no primeiro semestre de 2020.

(ii) Contabilização do hedge de risco de mercado

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, juntamente com as mudanças no valor justo do ativo ou passivo objeto do hedge que seja atribuível ao risco coberto. Quando o item protegido é mensurado ao custo amortizado, o valor justo é reconhecido alterando o valor contábil do ativo ou passivo coberto. As variações no valor justo dos itens protegidos são reconhecidas na demonstração do resultado. Se a cobertura deixar de cumprir os critérios de designação de hedge de risco de mercado, a estratégia é descontinuada e o valor justo dos objetos protegidos permanecem registrados no Balanço Patrimonial, sendo incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente através de uma nova taxa de juros.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

A principal provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros refere-se às perdas esperadas associadas ao risco de crédito, sendo descritas no item a seguir.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

Aplicável para as operações sujeitas ao risco de crédito, conforme definido em política interna, a provisão é definida como o valor necessário para cobrir os custos relativos ao risco de crédito, seja ele proveniente do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, desvalorização e/ou redução nas remunerações em detrimento da qualidade creditícia do tomador de crédito.

A Companhia observa e respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, dispondo dos critérios necessários para classificação das operações de crédito e de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito mínimo requerido. Ainda, para a constituição da provisão complementar à mínima requerida, em seu cálculo deve ser refletida a expectativa de perdas futuras da Companhia, levando em consideração as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 do CMN.

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo - 0% de provisão mínima) e H (risco máximo - 100% provisionado). As operações classificadas como nível de risco H são transferidas para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. Quanto às operações renegociadas, essas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes de sua repactuação; aquelas que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como H.

Metodologia interna

A metodologia interna para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas da carteira de crédito em nível agregado, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Resoluções nº 2.682/99 e 4.557/17 do CMN. Essa expectativa de perda para cada operação de crédito é função da sua faixa de risco, determinada a partir de modelos internos, bem como do seu estágio de atraso, tempo contratual ao qual estará exposto ao risco de crédito, e quando aplicável, o ambiente macroeconômico e alterações previstas no curto e longo prazo. Para o cálculo da perda, são considerados: probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático, a exposição no momento da inadimplência, bem como a expectativa de recuperações de créditos vencidos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") é contabilizado de acordo com o resultado obtido pelo modelo interno e comparado com o valor da PCLD mínima requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, não podendo, em nível agregado, o valor apurado pelo modelo interno ser inferior ao mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A Companhia conta com fóruns que deliberam a respeito da qualidade dos modelos internos de perda, bem como sobre as alterações relevantes nas estimativas consideradas no cálculo do modelo interno. Tais modelos estão sujeitos a avaliação técnica independente das áreas de Validação de Modelos, Risco Operacional, Controles Internos e Auditoria.

g. Cessões de crédito

As operações de cessão foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata de operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios.

Cessão de crédito com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios

A Companhia adquire recebíveis por meio de cessões de créditos lastreados em transações de pagamento. Os ativos cedidos devem ser mantidos na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações vinculadas a cessão, bem como a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os títulos cedidos possuem coobrigação e a companhia cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

Cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios

A Companhia realiza operações de cessões com instituições credenciadoras relativas a recebíveis de transações de pagamentos. Os ativos cedidos devem ser baixados do título contábil original pela instituição cedente, onde o resultado positivo ou negativo da negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada. Pela instituição compradora, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

h. Outros créditos

Além de outros valores a receber, a rubrica “Outros créditos” no Balanço Patrimonial é composta substancialmente por:

Valores pendentes de liquidação

Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes, que podem ser terceiros ou partes relacionadas.

i. Intangível

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens classificados como intangível é de 5 anos.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis dos ativos intangíveis devem ser reduzidos pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorre.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

k. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

l. Depósitos

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros. Certos depósitos representam operações vinculadas sendo a liquidação da obrigação condicionada ao recebimento do respectivo crédito na operação ativa.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a direitos reconhecidos pelo método de taxa efetiva de juros, relativos a valores a receber de instituições emissoras de instrumento de pagamento relativos a transações de pagamentos.

n. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

p. Pagamentos baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de opções de ações (“SOPs”), Restricted Stock Units (“RSUs”) e outras transações com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

As despesas com pagamentos baseados em ações são registradas com base no valor justo na data da concessão, que é estimado por meio de diferentes modelos de avaliação. É necessário julgamento significativo ao determinar as entradas no modelo de valor justo. Os valores justos dos SOPs, RSUs e das outras transações concedidas são reconhecidos como uma despesa durante o período em que são adquiridos (durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos e determinados requisitos devem ser atendidos). Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo para SOPs e RSUs e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada considerando os tranches individuais de aquisição dos SOPs e RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de SOPs e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente originam-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

r. Resultado por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia reconhece provisão complementar para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito adicionais à provisão mínima com base nos critérios da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Tal provisão representa as melhores estimativas da administração referente às perdas esperadas na data dessas demonstrações financeiras.

A administração realiza análise na sua carteira de crédito para determinar indícios de redução no valor recuperável e para avaliar a adequação da provisão com base em tendências históricas e atuais, bem como outros fatores que afetam as perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Principais julgamentos

Os principais julgamentos realizados pela administração em vista da provisão complementar:

- a) Definição de inadimplência
- b) Estimativas e informações prospectivas
- c) Probabilidade de inadimplência
- d) Valor esperado da exposição no momento da inadimplência
- e) Valor esperado da recuperação dado o evento de inadimplência
- f) Perda de crédito final, dado o evento da inadimplência

A análise de sensibilidade para a probabilidade de inadimplência em função de mudanças nos cenários macroeconômicos, crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, está apresentada na Nota 24(f).

b. Pagamento baseado em ação

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A estimativa do valor justo das transações de pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições de cada outorga. Esta estimativa também requer a determinação dos dados mais adequados para as opções e modelos de avaliação das RSUs para determinar o valor justo das ações ordinárias, incluindo a vida útil esperada, volatilidade e rendimento de dividendos para o modelo Black-Scholes aplicado aos SOPs, cumprimento das condições de mercado para outras transações com pagamento baseado em ações, taxas de desconto e descontos pela falta de comercialização para RSUs.

Principais julgamentos

Os valores justos das opções de compra de ações e RSUs levam em consideração, entre outras coisas, os termos do contrato e dados observáveis de mercado, que incluem uma série de fatores e julgamentos da administração, conforme divulgado acima. Ao exercer esse julgamento, uma variedade de ferramentas é usada, incluindo dados observáveis comparáveis, dados históricos e técnicas de extrapolação. As técnicas de extrapolação consideram as características comportamentais dos mercados de ações que foram observados ao longo do tempo e para os quais há um forte argumento para apoiar a expectativa de uma tendência contínua no futuro. As estimativas são calibradas para preços de mercado observáveis quando se tornam disponíveis.

O Grupo acredita que seus métodos de avaliação são apropriados e consistentes com os de outros participantes do mercado. No entanto, o uso de diferentes métodos de avaliação ou premissas, incluindo imprecisão na estimativa de dados de mercado não observáveis, para determinar o valor justo dos SOPs, RSUs e das outras transações com pagamento baseado em ações pode resultar em diferentes estimativas de valor justo.

c. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os *inputs* relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 23.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Disponibilidades

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco - conta movimento.....	10.443	8.924
Depósitos em conta de pagamento (nota 17).....	12.651	4.710
Disponibilidades em moeda estrangeira	4	-
Total	<u>23.098</u>	<u>13.634</u>

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2020		31/12/2019
	0 - 30	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada	6.816.016	6.816.016	2.056.990
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	6.816.016	6.816.016	-
Letras financeira do Tesouro - LFT.....	-	-	56.994
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	-	-	1.999.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	17.138
Total	6.816.016	6.816.016	2.074.128

As aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Companhia são *overnight*, desta forma a Companhia não possui aplicações interfinanceiras de longo prazo.

A taxa média das aplicações compromissadas em 31 de dezembro de 2020 correspondem a aproximadamente 100% da taxa referencial de juros ("DI"). A taxa média das aplicações compromissadas e das operações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2019 variam entre 100% e 102,45% do DI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira própria.....	13.567.476	1.586.184
Vinculado a prestação de garantia.....	1.075.557	1.799.844
Vinculados ao Banco central.....	262.999	-
Total	14.906.032	3.386.028
Circulante.....	14.906.032	3.386.028
Não circulante.....	-	-

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

	31/12/2020					31/12/2019
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Sem vencimento	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	13.496.160	13.567.476	438.968	2.806.716	10.321.792	1.586.184
Para negociação.....	13.057.254	13.128.508	-	2.806.716	10.321.792	1.536.840
Disponível para venda.....	438.906	438.968	438.968	-	-	49.344
Vinculado à prestação de garantias	1.066.404	1.075.557	-	580.193	495.364	1.799.844
Para negociação.....	1.066.404	1.075.557	-	580.193	495.364	1.799.844
Vinculados ao Banco Central	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Para negociação.....	261.657	262.999	-	-	262.999	-
Total	14.824.221	14.906.032	438.968	3.386.909	11.080.155	3.386.028

b. Para negociação

	31/12/2020			31/12/2019	
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Abaixo de 365	Acima de 365	Valor de Mercado
Carteira própria	13.057.254	13.128.508	2.806.716	10.321.792	1.536.840
Títulos públicos - Brasil	13.057.254	13.128.508	2.806.716	10.321.792	1.536.840
Letras do Tesouro Nacional.....	11.129.511	11.201.736	883.088	10.318.648	1.533.736
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.926.740	1.925.726	1.923.628	2.098	2.061
Notas do Tesouro Nacional.....	1.003	1.046	-	1.046	1.043
Vinculados a prestação de garantias	1.066.404	1.075.557	580.193	495.364	1.799.844
Títulos públicos - Brasil	487.929	497.408	2.044	495.364	166.659
Letras do Tesouro Nacional.....	485.853	495.332	-	495.332	166.628
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	2.077	2.076	2.044	32	31
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	578.475	578.149	578.149	-	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro.....	578.475	578.149	578.149	-	1.633.185
Vinculados ao Banco Central	261.657	262.999	-	262.999	-
Títulos públicos - Brasil	261.657	262.999	-	262.999	-
Letras do Tesouro Nacional.....	261.657	262.999	-	262.999	-
Total	14.385.315	14.467.064	3.386.909	11.080.155	3.336.684

(i) Refere-se a títulos mantidos na titularidade da Companhia dados em garantia no processo de autorização para funcionamento da Nu DTVM (nota 12), no montante de R\$2.044.

c. Disponíveis para venda

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo amortizável	Valor de Mercado	Sem vencimento	Valor de Mercado
Carteira própria	438.906	438.968	438.968	49.344
Cotas de fundos de investimento	438.906	438.968	438.968	49.344
Cotas de fundos de investimento (i).....	438.906	438.968	438.968	49.344
Total	438.906	438.968	438.968	49.344

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que investe principalmente em títulos soberanos brasileiros com rendimento de 89,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020, e 97% do CDI em 31 de dezembro de 2019. O valor de mercado dessa aplicação é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores do fundo.

Os ajustes ao valor de mercado não realizados dos títulos disponíveis para venda que se encontram em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são perda de R\$272 e ganho de R\$62 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e R\$0 em 31 de dezembro de 2019.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

a. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos de futuros					
Compromissos de compra	-	135.677	8.943	144.620	39.978
Taxa de juros.....	-	135.677	8.943	144.620	39.978
Compromissos de venda	254.205	1.320.819	11.265.812	12.840.836	2.000.596
Taxa de juros.....	254.205	1.320.819	11.265.812	12.840.836	2.000.596
Contratos de swaps	-	-	53.100	53.100	53.100
Taxa de juros.....	-	-	53.100	53.100	53.100
Total	254.205	1.456.496	11.327.855	13.038.556	2.093.674

b. Valores a receber e a pagar de contratos de futuro por fator de risco

	31/12/2020		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	12.985.456	18	12.561
Futuro - DI.....	12.985.456	18	12.561
Total	12.985.456	18	12.561

	31/12/2019		
	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar
Taxa de juros	2.040.575	212	4.369
Futuro - DI.....	2.040.575	212	4.369
Total	2.040.575	212	4.369

Os contratos de futuros são negociados na Bolsa de Valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$495.364 (R\$166.660 em 2019) e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

c. Valores a receber e a pagar de contratos de swap por fator de risco

	31/12/2020					Diferencial a Receber/(Pagar)
	Valor de Referência	Custo amortizável		Valor de Mercado		
		Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Swap Pré x DI.....	53.100	63.920	58.337	87.420	70.906	247
Total	53.100	63.920	58.337	87.420	70.906	247

	31/12/2019					Diferencial a Receber/(Pagar)
	Valor de Referência	Custo amortizado		Valor de Mercado		
		Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Swap Pré x DI.....	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730
Total	53.100	56.720	55.769	80.549	71.556	730

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados em Balcão com instituições financeiras como contraparte.

O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 refere-se à variação de mercado do último dia útil do mesmo mês.

d. Análise dos derivativos designados como hedge de risco de mercado

Hedge de taxa de juros

A Companhia acessa o mercado para obter financiamento, emitindo dívida a uma taxa pré-fixada. Para se proteger de eventuais oscilações na mudança da taxa de juros, que é o componente de risco do objeto protegido, a Companhia realizou operações com derivativos a fim de compensar os riscos decorrentes da sua exposição a variações no valor de mercado. A eficácia é avaliada usando técnicas de regressão linear onde comparamos as variações no valor justo da dívida, excluindo a variação devido ao risco de crédito da Companhia, devido a mudança na taxa de juros com o componente ativo do derivativo de taxa de juros. A diferença entre as mudanças nos valores justos é considerada inefetividade.

Em 9 de março de 2020, a operação de hedge de risco de mercado realizada pela Companhia ultrapassou os limites de efetividade estabelecidos pela Circular nº 3.082/02 do BACEN, sendo assim, foi descontinuada a contabilidade de hedge. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto do hedge existente na data do encerramento do hedge contábil, passou a ser amortizado pelo prazo contratual dessa operação. A despesa de marcação a mercado da letra financeira subordinada (objeto de hedge) reconhecido até o momento da descontinuidade do Hedge totalizou R\$1.769 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo apresentado na rubrica Despesa de juros e similares nas demonstrações do resultado. O impacto no resultado decorrente da amortização do valor justo do item objeto de hedge totalizou no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$545 e R\$1.542 respectivamente, sendo apresentado na rubrica "Despesa de juros e similares" da demonstração de resultado.

	31/12/2019				
	Objeto de hedge			Instrumento de hedge	
	Valor contábil	Varição	Inefetividade do hedge	Valor nominal	Resultado
Risco de taxa de Juros	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Hedge de Captações.....	88.772	8.620	373	53.100	8.993
Total	88.772	8.620	373	53.100	8.993

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (i) (nota 17).....	199.980	-
Reservas compulsórias - Banco Central.....	226.351	-
Total	426.331	-
Circulante.....	426.331	-
Não circulante.....	-	-

(i) Refere-se a aquisições de recebíveis de transação de pagamento de sua Controladora, cedidos por instituições credenciadoras à Companhia.

A Nu Financeira retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

9. OPERAÇÕES ADQUIRIDAS EM CESSÃO

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Operações adquiridas em cessão - Partes relacionadas (nota 17)	85.146	250.000	1.200.000	1.535.146	502.273
Total	85.146	250.000	1.200.000	1.535.146	502.273

Refere-se a valores adquiridos em operações de cessão entre a Companhia e sua Controladora. A Companhia cedente possui 100% de coobrigação sobre os títulos e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição das operações de crédito

	31/12/2020		31/12/2019	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Modalidade de crédito				
Empréstimo pessoal	1.044.401	(136.255)	253.971	(20.110)
Cartão de crédito	520.151	(117.003)	-	-
Total	1.564.552	(253.258)	253.971	(20.110)
Circulante	1.439.333	(232.988)	214.164	(16.957)
Não circulante	125.219	(20.270)	39.807	(3.153)

As operações de crédito da Companhia são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possuem concentração de contraparte.

No primeiro semestre de 2020, a Nu Financeira passou a conceder crédito para transações de cartão de crédito relativas a faturas vencidas, parceladas, saldos rotativos, entre outros, originados pelos clientes da sua controladora Nu Pagamentos.

b. Composição das operações de crédito por vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Curso Normal	1.412.176	232.174
Parcelas vencidas	90.925	928
Até 14 dias	90.925	928
Parcelas a vencer	1.321.251	231.246
até 3 meses	624.989	75.300
3 a 6 meses	287.228	53.777
6 a 12 meses	289.166	64.386
acima de 12 meses	119.868	37.783
Curso Anormal	152.376	21.797
Parcelas vencidas	102.287	6.600
Acima de 14 dias	102.287	6.600
Parcelas a vencer	50.089	15.197
até 3 meses	21.674	5.813
3 a 6 meses	10.929	3.498
6 a 12 meses	12.135	3.862
acima de 12 meses	5.351	2.024
Total	1.564.552	253.971

A tabela abaixo apresenta as operações de crédito somando todas as parcelas de uma operação de acordo com o nível de risco mais elevado por dias de atraso.

c. Classificação das operações de crédito por níveis de risco - Resolução no 2.682/99 do CMN

Nível	31/12/2020			31/12/2019		
	Curso normal	Curso anormal	Total	Curso normal	Curso anormal	Total
A	1.383.233	-	1.383.233	231.833	-	231.833
B	17.068	35.679	52.747	160	4.240	4.400
C	8.517	43.043	51.560	116	5.947	6.063
D	1.686	19.829	21.515	31	3.788	3.819
E	516	9.083	9.599	18	3.121	3.139
F	256	3.817	4.073	5	1.755	1.760
G	142	3.542	3.684	11	1.474	1.485
H	758	37.383	38.141	-	1.472	1.472
Total	1.412.176	152.376	1.564.552	232.174	21.797	253.971

d. Classificação das operações de crédito e respectivas provisões para perda por níveis de risco de acordo com modelos internos de avaliação

Nível de Risco	31/12/2020			Provisão total	Índice de cobertura %
	Curso normal	Curso anormal	Total		
1	129.603	22	129.625	(676)	0,5%
2	288.995	168	289.163	(7.399)	2,6%
3	753.296	3.599	756.895	(71.162)	9,4%
4	153.580	2.135	155.715	(46.869)	30,1%
5	86.702	146.452	233.154	(127.152)	54,5%
Total	1.412.176	152.376	1.564.552	(253.258)	16,2%

31/12/2019					
Nível de Risco	Curso normal	Curso anormal	Total	Provisão total	Índice de cobertura %
1	6.787	51	6.838	(22)	0,3%
2	125.106	608	125.714	(1.838)	1,5%
3	47.081	1.495	48.576	(2.599)	5,4%
4	47.762	5.984	53.746	(7.143)	13,3%
5	5.438	13.659	19.097	(8.508)	44,6%
Total	232.174	21.797	253.971	(20.110)	7,9%

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos, considerando a situação econômico-financeira dos clientes e a pontualidade destes no cumprimento com suas obrigações financeiras passadas. O cálculo da provisão pelo modelo interno leva em consideração tais modelos para estimar a perda esperada bem como a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático.

O cenário macroeconômico sofreu relevante alteração ao longo do ano de 2020, decorrente dos impactos e aprofundamento da crise oriunda do COVID-19. Diante da mudança de expectativas macroeconômicas, que ocorreu principalmente a partir da segunda quinzena de março, houve uma desaceleração na concessão de novos empréstimos que, contudo, pôde ser retomada no segundo semestre de 2020, uma vez que o portfólio se manteve concentrado em menores níveis de risco - em dezembro de 2020, cerca de 75% do portfólio possuía níveis de inadimplência menores que 20%, comparado com 71% em dezembro de 2019.

Paralelamente, ocorreu uma migração natural de créditos de curso normal para curso anormal em decorrência da maturidade e formação da carteira de crédito. Os movimentos de provisão e aumento do índice de cobertura total do portfólio refletem essas alterações das características de risco do portfólio, além de englobarem as mudanças de expectativas decorrentes da crise econômica causada pela pandemia. Devido à crise, renegociações e postergações de prazo passaram a ser oferecidas aos clientes a partir de março de 2020, o que também contribuiu para um aumento da cobertura por nível de risco, dado que essas operações são, por natureza, mais arriscadas.

Por outro lado, a Companhia espera que a melhora observada do risco de crédito seja de natureza transitória, uma vez que as políticas de auxílio por parte do governo acabem e restrições impostas pela pandemia comecem a ser retiradas. Dessa forma, a Companhia considera em seus modelos uma expectativa de deterioração do cenário, cujo efeito também contribui para o aumento do índice de cobertura observado para cada faixa de risco.

Abaixo está o detalhamento dos níveis de risco de cada um dos grupos discriminados na tabela acima:

Nível de risco	Probabilidade de inadimplência
1	< 1.0%
2	1.0% a 5.0%
3	5.0% a 20.0%
4	20.0% a 35.0%
5	> 35.0%

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(63.818)	(20.110)	-
(Constituição)/Reversão de provisão.....	(211.360)	(256.511)	(20.110)
Créditos baixados para prejuízo.....	21.920	23.363	-
Saldo no final do semestre/exercício	(253.258)	(253.258)	(20.110)

f. Despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Constituição de provisão	(349.928)	(404.362)	(20.110)
Reversão de provisão	138.568	147.851	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito bruta	(211.360)	(256.511)	(20.110)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	149	149	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(211.211)	(256.362)	(20.110)

g. Operações renegociadas

O montante das operações renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 totalizaram R\$244.731 e R\$14, respectivamente.

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 17)	115.610	31
Impostos e contribuições a compensar	10.024	-
Outros	312	-
Total	125.946	31
Circulante	125.946	31
Não circulante	-	-

(i) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de operações com os clientes do grupo.

12. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS

Em 28 de agosto de 2020, foi constituída, na forma de sociedade limitada, a subsidiária Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Nu DTVM). Em 23 de dezembro de 2020, o BACEN publicou no Diário Oficial a autorização para funcionamento da Nu DTVM como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A Companhia possui 100% das quotas da Nu DTVM no valor total de R\$2.000 a serem integralizados no ano de 2021.

13. DEPÓSITOS

a. Composição dos depósitos

	31/12/2020	31/12/2019
Recibo de depósito Bancário (RDB)	23.110.995	4.094.037
Recibo de depósito Bancário Vinculados (RDBV)	469.737	1.425.862
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	101.436	-
Total	23.682.168	5.519.899
Circulante	23.425.750	5.519.899
Não circulante	256.418	-

b. Composição dos depósitos

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recibo de depósito Bancário (RDB).....	22.451.822	504.191	154.982	23.110.995	4.094.037
Recibo de depósito Bancário Vinculados (RDBV).....	469.737	-	-	469.737	1.425.862
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).....	-	-	101.436	101.436	-
Total	22.921.559	504.191	256.418	23.682.168	5.519.899

Em junho de 2019, foi lançado o Recibo de Depósito Bancário (RDB) da Nu Financeira como uma nova opção de aplicação na Conta do Nubank. Tais recursos aplicados no RDB possuem liquidez diária, com remuneração indexada a 100% do CDI e garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em novembro de 2019, a Companhia emitiu uma nova modalidade de aplicação, o Recibo de Depósito Bancário Vinculados (RDBV), 100% vinculados a títulos públicos, com remuneração indexada a 100% do CDI, e também distribuídos via Conta do Nubank. A partir de março de 2020 o montante de RDBV foi reclassificado para a rubrica contábil de Depósitos a prazo (anteriormente apresentado na rubrica de dívidas subordinadas).

Em julho de 2020, a Companhia realizou emissão de instrumento de Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) sem alienação de recebíveis no montante de R\$100.000, remunerado à taxa de CDI + 1% a.a. e com vencimento em julho de 2022. Essa captação observa os limites estabelecidos pela Resolução nº 4.222/13 do CMN, apurado de forma consolidada pelas instituições associadas ao FGC que sejam integrantes do mesmo conglomerado financeiro ao qual pertence a Companhia, na qualidade de depositária.

Em setembro de 2020, a Companhia lançou uma nova modalidade de aplicação na Conta do Nubank, através do RDB com resgate programado. Tal modalidade difere de uma aplicação em RDB comum, pois possui prazos de resgate entre 3 e 36 meses e rendimentos entre 102% a 126% do CDI, mantendo a garantia do FGC.

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a. Composição dos recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de dívida emitidos	404.494	402.572
Letras financeiras.....	312.567	310.588
Letras de câmbio.....	91.927	91.984
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	98.281	88.018
Letras financeiras subordinadas.....	98.281	88.018
Total	502.775	490.590
Circulante.....	350.033	3.990
Não circulante.....	152.742	486.600

b. Abertura por vencimento

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Instrumentos emitidos	29.213	320.820	54.461	404.494	402.572
Letras financeiras	-	312.567	-	312.567	310.588
Letras de câmbio	29.213	8.253	54.461	91.927	91.984
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	-	98.281	98.281	88.018
Letras financeiras subordinadas (i)	-	-	98.281	98.281	88.018
Total	29.213	320.820	152.742	502.775	490.590

(i) Os instrumentos elegíveis a capital emitidos pela subsidiária Nu Financeira possuem opção de recompra a partir de 2024, juros fixos (12,8% a.a.), e contém cláusula de subordinação para compor o Nível II do Patrimônio de Referência.

c. Movimentação dos títulos emitidos

	31/12/2019				Pagamentos		31/12/2020
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Principal	Juros	Saldo Final
Instrumentos emitidos	402.572	-	13.826	-	(11.508)	(396)	404.494
Letras financeiras	310.588	-	9.765	-	(7.786)	-	312.567
Letras de câmbio	91.984	-	4.061	-	(3.722)	(396)	91.927
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	88.018	-	10.490	(227)	-	-	98.281
Letras financeiras subordinadas	88.018	-	10.490	(227)	-	-	98.281
Total	490.590	-	24.316	(227)	(11.508)	(396)	502.775

	31/12/2018				Pagamentos		31/12/2019
	Saldo Inicial	Captação	Juros	Marcação a mercado	Principal	Juros	Saldo Final
Instrumentos emitidos	3.719	383.350	15.503	-	-	-	402.572
Letras financeiras	-	300.000	10.588	-	-	-	310.588
Letras de câmbio	3.719	83.350	4.915	-	-	-	91.984
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	-	74.246	5.152	8.620	-	-	88.018
Letras financeiras subordinadas	-	74.246	5.152	8.620	-	-	88.018
Total	3.719	457.596	20.655	8.620	-	-	490.590

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos emitidos são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) e a taxas de juros pré-fixadas. Os títulos indexados à taxa referencial de juros (DI) variam entre 113% e 118% (2019 - 113% e 119%) e os títulos indexados à taxa pré fixada entre 8,35% e 12,80% (2019 - 8,35% e 12,80%).

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2020	31/12/2019
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 17).....	180.938	94.831
Fiscais e previdenciárias.....	77.943	1.088
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 17).....	9.362	3.436
Provisões com folha de pagamento.....	1.881	308
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	859	765
Diversos.....	5.645	1.133
Total	276.628	101.561
Circulante.....	276.628	101.561
Não circulante.....	-	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do grupo.

16. PROVISÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

a. Provisão para obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. A administração constituiu provisão em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$5 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

b. Movimentação das provisões cíveis

	31/12/2020	
	2º semestre	Exercício
Saldo inicial no semestre/exercício	5	-
Constituição.....	-	5
Utilização/Reversão.....	-	-
Saldo Final	5	5

c. Contingências passivas

Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$13 em 31 de dezembro de 2020 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

17. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo a qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações mais relevantes da Companhia com partes relacionadas resumem-se em saldos disponíveis em conta de pagamento pré-paga, de titularidade da Nu Financeira; operação de aquisição de recebíveis de transações de pagamento (com 100% de coobrigação por parte da Controladora Nu Pagamentos); rateio de despesas e prestação de serviços e outros valores pendentes de liquidação entre a Companhia e sua Controladora Nu Pagamentos.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite empréstimos e recebe depósitos de administradores, diretores e acionistas do Nubank. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo		
Disponibilidades	12.651	4.710
Depósitos em conta de pagamento - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	12.651	4.710
Relações interfinanceiras	199.980	-
Valores a receber - Credenciadora - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	199.980	-
Operações adquiridas em cessão	1.535.146	502.273
Operação adquirida em cessão - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	1.535.146	502.273
Outros créditos	115.610	31
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	115.610	31
Passivo		
Outras obrigações	190.300	98.267
Valores pendentes de liquidação - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	180.938	94.831
Rateio despesas - Nu pagamentos S.A. - Controladora	8.296	579
Serviços contratados - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	1.066	2.857
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	2.684
Letras de câmbio emitidas - Nu Fundo de Investimento - Outra parte relacionada	-	2.684

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado			
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	30.415	43.609	2.273
Resultado de operação de cessão - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	30.415	43.609	2.273
Despesa de juros e similares	(30)	(86)	(87)
Despesa com títulos emitidos - Nu Fundo de Investimento - Outra parte relacionada	(30)	(86)	(87)
Outras despesas administrativas	(12.157)	(19.533)	(8.688)
Serviços especializados - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(4.255)	(9.041)	(7.050)
Rateio de despesas - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(7.902)	(10.492)	(1.638)
Despesa de pessoal	(29.041)	(46.074)	(21.271)
Rateio salários e ordenados - Nu Pagamentos S.A. - Controladora	(28.951)	(44.708)	(17.954)
Honorários da administração	(90)	(1.366)	(3.317)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$844.925 (R\$130.000 em 2019), e está representado por 949.733.387 (130.000.001 em 2019) ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 6 de março de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$200.000 com emissão de 200.000.000 ações ordinárias, sendo autorizado pelo BACEN em 6 de abril de 2020.

No dia 3 de julho de 2020 foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$264.925 através da emissão de 311.676.470 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal sendo aprovado pelo BACEN no dia 6 de agosto de 2020.

b. Aumento de capital em aprovação

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$250.000 com emissão de 308.056.916 ações ordinárias, sendo autorizado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2021.

c. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um Omnibus Plano de Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total da reserva de capital era de R\$3.655, e R\$475 em 31 de dezembro de 2019.

d. Plano de ações

Os incentivos do Grupo aos funcionários incluem prêmios na forma de SOPs e RSUs, oferecendo aos funcionários a oportunidade de comprar ações por meio do exercício das opções ou do recebimento de ações no momento da aquisição dos RSUs. O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação aos SOPs e RSUs concedidos é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período de prestação dos serviços dos empregados e de acordo com o período de aquisição. O Grupo também emitiu outras transações com pagamento baseado em ações onde concederá ações mediante o cumprimento de condições de mercado relacionadas ao valor justo da Companhia. O incentivo RSU foi implementado em 2020 e deve ser o principal incentivo daqui para frente.

No final de 2016, a Nu Pagamentos transferiu seu plano SOP para sua controladora indireta, Nu Holdings, que se tornou a emissora dos SOPs para todas as subsidiárias do programa. O preço de exercício das opções foi determinado em Reais até a transferência do plano para a Nu Holdings e, posteriormente, em Dólares Americanos, acompanhando a moeda funcional do emissor. O plano foi inicialmente aprovado pelo Conselho de Administração da Nu Pagamentos em julho de 2013. Em 30 de janeiro de 2020, a Nu Holdings aprovou seu Plano de Incentivo Omnibus que incluía a emissão de unidades de ações restritas (RSU) e certas alterações no plano de opções.

SOPs e RSUs são emitidos como parte do ciclo de desempenho, sem período de carência, e como um bônus de contratação, geralmente contendo período de carência de um ano. Durante a vida do Grupo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. As opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da outorga, o prazo contratual e após o período de carência. O prazo esperado dos SOPs foi calculado com base no ponto médio entre o tempo médio ponderado de aquisição e o vencimento contratual, pois o Grupo não possui uma atividade histórica significativa de pós-aquisição. O prazo esperado para SOPs com período de aquisição de 4 e 5 anos é de 6,25 e 6,50 anos, respectivamente.

O custo total das outorgas é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera serem adquiridos e seus valores justos na data da outorga. O número de SOPs e RSUs que se espera adquirir considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no histórico de caducidade. O descumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como decaimento do direito de concessão, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

O valor justo dos SOPs concedidos é determinado usando o modelo de precificação denominado Black-Scholes. O modelo Black-Scholes de precificação de opções leva em consideração o preço de exercício da opção, o preço da ação na data de outorga, o prazo esperado, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada da ação e outros fatores relevantes.

Os termos e condições dos planos de RSUs exigem que o Grupo retenha ações para que a obrigação fiscal do funcionário seja liquidada. Consequentemente, o Grupo liquida a transação numa base líquida, retendo o número de ações com um valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data da aquisição dos direitos. A obrigação fiscal do funcionário associada ao prêmio é calculada substancialmente com base na alíquota de imposto esperada e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as Outras receitas e despesas operacionais nas demonstrações consolidadas do resultado.

O valor justo das outras transações com pagamento baseado em ações foi determinado utilizando um modelo de simulação de Monte Carlo para estimar seu valor justo. O modelo de Monte Carlo leva em consideração o tempo esperado para o atendimento da condição de mercado, o preço da ação na data da outorga, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada da ação. O período de aquisição reflete o tempo esperado em que a Companhia atingirá um determinado valor justo e não será revisado posteriormente. As despesas serão registradas durante o período de aquisição, independentemente da condição de mercado ser atendida.

A vida esperada das opções de ações foi calculada conforme descrito acima e não é necessariamente indicativa dos padrões de exercício que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a hipótese de que a volatilidade histórica ao longo de um período semelhante à vida das opções de ações é um indicativo de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real.

O preço das ações usado como entrada para os modelos Black-Scholes e Monte Carlo e para os RSUs é calculado usando um único ou uma combinação de modelos de fluxo de caixa descontado (CFM) e um modelo de precificação de opção reversa (OPM), com base nas transações mais recentes das ações preferenciais.

Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data da outorga.

Os efeitos nas demonstrações financeiras de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Efeito líquido no resultado (Nota 21)	(1.198)	(4.222)	(475)
Plano de Ações	(653)	(3.341)	(475)
Provisão para impostos corporativos	(545)	(881)	-
Efeito líquido nas reservas de capital	556	3.180	475

19. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de operação de crédito	292.926	360.572	35.037
Receita de juros de empréstimo pessoal	136.086	203.732	35.037
Receita de juros de operações de cartão de crédito	156.840	156.840	-
Resultado de títulos e valores mobiliários	286.940	520.343	88.282
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	55.032	95.299	31.813
Resultado de títulos públicos	229.325	418.587	46.801
Resultado de cotas de fundo de investimento	2.583	6.457	9.668
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	31.105	44.299	2.273
Total	610.971	925.214	125.592

20. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesa de juros e similares	(190.082)	(347.966)	(89.459)
Despesa de juros com depósitos remunerados	(180.530)	(323.336)	(59.400)
Despesa com títulos emitidos	(10.575)	(24.317)	(21.438)
Marcação a mercado - Letra financeira subordinada (Nota 7)	1.224	227	(8.620)
Despesa com descontos concedidos	(201)	(540)	(1)
Resultado com instrumentos derivativos	(137.900)	(239.657)	(5.483)
Resultado com swap	3.669	7.279	8.806
Resultado com futuro DI	(141.569)	(246.936)	(14.289)
Despesa com tarifas e similares	(14.461)	(21.870)	(2.371)
Total	(342.443)	(609.493)	(97.313)

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas relacionadas a crédito	(203)	(210)	(11)
Despesas com análise de crédito e cobrança.....	(203)	(210)	(11)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(1.571)	(3.061)	(1.428)
Despesas de pessoal	(34.938)	(60.586)	(24.248)
Proventos.....	(32.394)	(52.171)	(19.775)
Encargos sociais.....	(1.068)	(2.453)	(585)
Honorários da administração.....	(90)	(1.366)	(3.317)
Plano de ações.....	(1.198)	(4.222)	(475)
Outras despesas de pessoal.....	(188)	(374)	(96)
Despesa tributária	(13.420)	(15.890)	(1.805)
PIS e COFINS.....	(13.420)	(15.887)	(1.802)
Outras despesas tributárias.....	-	(3)	(3)
Despesas de provisões legais	-	(5)	-
Outras despesas administrativas	(15.313)	(23.551)	(9.813)
Despesas de marketing.....	-	(1)	-
Despesas de tecnologia.....	(2.100)	(2.262)	(13)
Despesas de escritório.....	(6.033)	(8.198)	(1.531)
Despesas de serviços especializados.....	(6.642)	(11.661)	(7.968)
Despesas de amortização.....	(282)	(282)	-
Outras despesas administrativas.....	(256)	(1.147)	(301)
Outras despesas operacionais	(1.629)	(22.220)	(3.097)
Perdas com riscos operacionais.....	(1.622)	(22.213)	(3.097)
Variação cambial.....	(7)	(7)	-
Outras receitas operacionais	-	-	8
Total	(67.074)	(125.523)	(40.394)

22. TRIBUTOS

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(9.757)	(66.164)	(32.225)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social.....	3.903	26.466	12.890
Adições/exclusões permanentes.....	664	(4.108)	(1.434)
Outros.....	53	53	21
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	4.620	22.411	11.477
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(70.842)	(70.842)	(60)
Tributos diferidos.....	75.462	93.253	11.537
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	4.620	22.411	11.477
Alíquota efetiva.....	47,4%	33,9%	35,6%

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro acima, foram constituídos sobre prejuízo fiscal / base negativa da contribuição social sobre lucro líquido e diferenças temporárias conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação		Saldo em 31/12/2020
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.676	-	85.459	93.135
Marcação a mercado - títulos e valores mobiliários	1.085	-	2.808	3.893
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	2.659	-	38.842	41.501
Outros	153	-	828	981
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.573	-	127.937	139.510
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	1.448	-	(1.448)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	13.021	-	126.489	139.510
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	(33.236)	(33.236)
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para a venda Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	-	(25)	-	(25)
Total de movimentação		(25)	93.253	

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação		Saldo em 31/12/2019
		Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.676	7.676
Outras provisões passivas	-	-	153	153
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	1.085	1.085
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	-	-	2.659	2.659
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	11.573	11.573
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	1.484	-	(36)	1.448
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	1.484	-	11.537	13.021
Total de movimentação		-	11.537	

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$139.510 (R\$13.021 em 2019), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2021	60.859	36.516	97.375
2022	6.155	3.693	9.848
Até 2030	20.180	12.107	32.287
Total	87.194	52.316	139.510

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2020 é de R\$135.673.

23. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	14.467.064	438.968	-	14.906.032
Para negociação	14.467.064	-	-	14.467.064
Títulos públicos - Brasil	13.888.915	-	-	13.888.915
Letras do Tesouro Nacional	11.960.067	-	-	11.960.067
Letras Financeiras do Tesouro	1.927.802	-	-	1.927.802
Notas do Tesouro Nacional	1.046	-	-	1.046
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	578.149	-	-	578.149
Letras Financeiras do Tesouro	578.149	-	-	578.149
Disponível para venda	-	438.968	-	438.968
Cotas de fundos de investimento	-	438.968	-	438.968
Cotas de fundos de investimento	-	438.968	-	438.968
Instrumentos financeiros derivativos	18	247	-	265
Contratos de futuros	18	-	-	18
Contratos de swap	-	247	-	247
Total ativo	14.467.082	439.215	-	14.906.297
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	12.561	-	-	12.561
Contratos de futuros	12.561	-	-	12.561
Total passivo	12.561	-	-	12.561
	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	3.336.684	49.344	-	3.386.028
Para negociação	3.336.684	-	-	3.336.684
Títulos públicos - Brasil	1.703.499	-	-	1.703.499
Letras do Tesouro Nacional	1.700.364	-	-	1.700.364
Letras Financeiras do Tesouro	2.092	-	-	2.092
Notas do Tesouro Nacional	1.043	-	-	1.043
Títulos públicos - Brasil vinculados ao RDBV	1.633.185	-	-	1.633.185
Letras Financeiras do Tesouro	1.633.185	-	-	1.633.185
Disponível para venda	-	49.344	-	49.344
Cotas de fundos de investimento	-	49.344	-	49.344
Cotas de fundos de investimento	-	49.344	-	49.344
Instrumentos financeiros derivativos	212	730	-	942
Contratos de futuros	212	-	-	212
Contratos de swap	-	730	-	730
Total ativo	3.336.896	50.074	-	3.386.970
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	4.369	-	-	4.369
Contratos de futuros	4.369	-	-	4.369
Títulos emitidos	-	88.018	-	88.018
Letras financeiras subordinadas	-	88.018	-	88.018
Total passivo	4.369	88.018	-	92.387

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”). As cotas de fundos de investimento, cuja avaliação é baseada em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de rendimento, corroborados pelo mercado, são classificados como Nível 2.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira (“B3”) são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros baseadas em taxas de juros futuras e são classificados como Nível 2.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. Em 2020 e 2019, não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

Em 2020, em decorrência da descontinuidade do hedge accounting de risco de mercado das Letras financeiras subordinadas, a operação deixou de ser um instrumento nível 2 mensurada a valor justo e passou a ser mensurada através do custo amortizado.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral

O Nubank prioriza riscos que têm um impacto significativo sobre seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos, de forma a selecionar os riscos que são fundamentais para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem comprometer o valor existente, com a possibilidade de se ter impactos nos resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que monitoramos ativamente incluem:

- a.** Risco de crédito;
- b.** Risco de liquidez;
- c.** Risco de mercado e risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB);
- d.** Risco operacional; e
- e.** Risco de tecnologia da informação.

Estrutura

A Diretoria do Grupo é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. A Gestão de Riscos está posicionada em uma estrutura independente das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, de forma a garantir isenção de conflito de interesses e segregação de funções adequadas à boa governança corporativa e às práticas de mercado.

O processo de gestão de riscos permeia todo o Grupo, estando em linha com as diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos do Grupo, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, o controle de capital apóia a gestão por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Nubank considera que uma Declaração de Apetite de Risco (“RAS”) é um instrumento fundamental para apoiar a gestão de risco e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e planejamento de capital. O Nubank implementou um RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses riscos, implementou: declarações qualitativas, medidas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, métricas de risco, liquidez e outras informações relevantes, conforme apropriado.

A estrutura de gestão de riscos do Nubank permite que os riscos inerentes sejam identificados, medidos, mitigados, monitorados e reportados de forma adequada para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Assim, a Administração do Nubank adota o modelo de três linhas de defesa, a saber:

- **Primeira linha de defesa:** funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pelos Diretores Executivos. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos.
- **Segunda linha de defesa:** consiste nas áreas de gestão de riscos, controles internos e compliance. Ela garante um controle eficaz dos riscos e garante que os riscos sejam gerenciados de acordo com o nível de apetite definido. É responsável por propor políticas de gestão de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa.
- **Terceira linha de defesa:** composta pela auditoria interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados, bem como comprovar sua efetiva implementação.

Outro elemento essencial da estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança têm por objetivo acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à gestão e controle de riscos do Nubank. Os principais comitês e fóruns estão descritos a seguir:

- **Comitê de Riscos:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem por objetivo assessorar o CEO e demais Diretores no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, acompanhando o nível de exposição a riscos de acordo com a Declaração de Apetite a Riscos (RAS). Também visa adotar estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos e mitigação de riscos aplicáveis ao Nubank Brasil. Suas atribuições e competências estão estabelecidas em seu Regimento Interno. É composto por no mínimo 03 membros, sendo obrigatórios o CEO, CRO e um membro independente. Reúne-se no mínimo mensalmente, e suas decisões são formalizadas em ata.
- **Comitê de Crédito:** Órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo, que tem por objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos no resultado da empresa, ambiente macroeconômico e informações referentes ao risco, mercado de crédito e competidores. Ocorre mensalmente, com os principais tópicos registrados em atas, sendo composto pelo Diretor de Risco e membros das áreas de Negócios e Crédito.
- **Comitê de Auditoria:** Órgão estatutário, de caráter permanente e consultivo. Tem como principais atribuições avaliar a performance e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, bem como dos reportes relevantes relativos aos sistemas de controles internos, acompanhar as recomendações realizadas pelas Auditorias Interna e Independente para a Diretoria, assim como avaliar e opinar acerca do conjunto das demonstrações financeiras. Suas atribuições e competências estão estabelecidas no Estatuto Social da Nu Pagamentos e no Regimento Interno do Comitê. É composto por 03 a 07 membros, e conta com membros independentes. Reúne-se no mínimo mensalmente e suas decisões são formalizadas em ata.

- **Fóruns Técnicos:** reúnem-se regularmente para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Cada um dos tópicos a seguir possui fórum técnico próprio, com a participação de executivos das áreas associadas: Controladoria (“Accounting and Tax”); Risco Operacional e Controles Internos; Gerenciamento de Ativos e Passivos e de Capital (“ALM”); Risco de Crédito; Riscos de Tecnologia da Informação (“IT Risk”); Proteção de Dados; Prevenção de Fraudes; Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“AML”); e Teste de Estresse. Cada Fórum Técnico se reúne mensalmente, com exceção dos Fóruns de Proteção de Dados e Prevenção de Fraudes, que ocorrem a cada dois meses.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido, entre outros itens, como:

- Risco de contraparte: a possibilidade de não cumprimento de obrigações contratuais relacionadas à liquidação de operações com ativos financeiros, o que inclui também instrumentos financeiros derivativos;
- A possibilidade de perdas associadas ao descumprimento de parte signatária de operações de crédito em cumprimento das obrigações financeiras nos termos contratuais pactuados;
- A possibilidade de depreciação ou redução do ganho financeiro esperados dos instrumentos devido à deterioração observada na qualidade de crédito de um signatário de operações de crédito; e
- A possibilidade de incorrer em algum custo de recuperação relacionado à deterioração da qualidade de crédito de um signatário ou contraparte do empréstimo, como desembolso para honrar garantias, coobrigações e compromissos de crédito, ou qualquer custo de execução de instrumento financeiro em atraso.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Nubank é independente das unidades de negócio e disponibiliza processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito de todos os produtos, verificando continuamente a sua aderência às políticas aprovadas e à Declaração de Apetite ao Risco. A gestão de risco de crédito também avalia e monitora os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico na carteira de crédito do Nubank para garantir que ela seja resiliente a desacelerações econômicas.

A tomada de decisão de crédito do Nubank segue a estrutura de governança, sendo as decisões tomadas e aprovadas de acordo com seu dimensionamento e definição de alçadas. As aprovações das decisões de crédito ocorrem em comitês, fóruns técnicos e fóruns de decisão designados, com o envolvimento da primeira e segunda linhas de defesa, conforme descrito anteriormente. Para o processo de tomada de decisão, as informações decorrentes do desempenho histórico são apresentadas e discutidas usando modelos preditivos internos que analisam e classificam os clientes existentes e potenciais com base em sua lucratividade e perfil de risco de crédito.

O Nubank utiliza informações internas de clientes, modelos estatísticos e outras análises quantitativas para determinar o perfil de risco de cada cliente da carteira. Essas informações são utilizadas para gerenciar o risco de crédito da carteira e mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito com avaliação periódica da movimentação dos valores das provisões. Mais detalhes sobre a metodologia de mensuração das provisões de crédito são apresentados na nota 4.

Em relação aos clientes inadimplentes, seu comportamento é continuamente acompanhado e monitorado com o objetivo de aprimorar as políticas e formas de cobrança de dívidas. As estratégias e políticas de cobrança do Nubank dependem do perfil dos clientes e das pontuações dos modelos e visam maximizar os valores de recuperação.

Com a crise econômica provocada pelo COVID-19, o Nubank monitora diariamente a evolução do perfil de risco da carteira e as necessidades emergentes do novo cenário durante e após a crise. Com o objetivo de mitigar os maiores impactos na liquidez e continuar a apoiar financeiramente os clientes durante a crise, foram intensificadas novas análises de produções para atender às necessidades dos clientes, sempre considerando os níveis de risco aceitáveis pré-estabelecidos. Em linha com essa visão, o Nubank também passou a oferecer novas opções de reestruturação e renegociação de créditos.

A administração também monitora as exposições de instrumentos financeiros derivativos. Essas operações são negociadas na bolsa de valores brasileira (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), que é reconhecida como contraparte central qualificada (QCCP) pela Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA) e estão sujeitas a acordos de compensação. Além disso, o Nubank também possui um saldo em aberto significativo de títulos públicos federais do Brasil.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Nubank não ser capaz de cumprir com eficiência suas obrigações financeiras atuais e futuras esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, considera-se também a possibilidade de o Nubank não conseguir negociar uma posição a preço de mercado devido ao seu grande porte em relação ao volume normalmente negociado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez, independente das unidades de negócio, responsável pelos processos, avaliações, monitoração, controle e reporte do risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

O risco de liquidez é monitorado para garantir que o Nubank terá ativos líquidos de alta qualidade suficientes para suportar cenários de estresse severo e também um adequado perfil de financiamento em termos de prazo, tipo e contrapartes.

O Nubank possui um Plano de Contingência de Financiamento que descreve as possíveis ações de gestão que devem ser tomadas em caso de deterioração dos indicadores de liquidez.

Periodicamente, são elaborados e submetidos ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco os seguintes itens, aplicados no acompanhamento e apoio às decisões:

- Evolução das posições de caixa de acordo com as previsões financeiras das carteiras do Nubank;
- Relatórios e gráficos de indicadores de risco; e
- Avaliação de fontes alternativas de financiamento.

c. Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de movimentos nos preços de mercado, incluindo os fatores de risco: as taxas de juros, preço de ações, taxas de câmbio e commodities. O IRRBB refere-se ao risco atual ou futuro para o capital e resultado do Nubank decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juros que podem afetar as posições na carteira bancária do Nubank.

Existe uma estrutura de gestão e controle do risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitoramento, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovadas.

A gestão do risco de mercado e do risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) baseia-se nas seguintes métricas:

- **ΔEVE:** diferença entre o valor presente da soma dos fluxos de reapreçamento dos instrumentos sujeitos ao IRRBB num cenário base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses instrumentos em cenário de choque de taxas de juros;
- **ΔNII:** diferença entre a Margem Financeira Líquida em um cenário base e a Margem Financeira em cenário de choque de taxas de juros;
- **Sensibilidade (DVO1):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de um ponto -base a.a. nas taxas de juros atuais ou indexador;

- **Value at Risk (VaR):** perda máxima do valor de mercado para um período de duração a um nível de confiança; e
- Exposições cambiais, considerando todas as posições financeiras que trazem risco cambial e também despesas operacionais em outras moedas.

Os resultados são reportados ao Fórum Técnico ALM & Capital e ao Comitê de Risco. A administração está autorizada a utilizar instrumentos financeiros conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção do risco de mercado e exposições ao IRRBB.

Risco cambial

O Nubank também enfrenta risco cambial principalmente devido aos custos operacionais associados às suas atividades operacionais. A fim de mitigar o risco cambial, o Grupo protege os custos esperados em dólares americanos e euros da Nu Pagamentos. Para a realização dessas atividades de hedge, são utilizados instrumentos derivativos, atividade essa supervisionada pelo Fórum Técnico ALM & Capital. Além disso, o risco cambial na Nu Financeira não é coberto por ser considerado imaterial até o momento.

d. Risco operacional, incluindo riscos de tecnologia da informação

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou falha, fragilidade ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui nesta definição o risco jurídico associado à falta ou deficiência dos contratos celebrados pelo Nubank e às multas por incumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes da atividade desenvolvida.

Existe uma estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia da estrutura de controles internos. Essa estrutura também é responsável pela elaboração e testes periódicos do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos no lançamento de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Na governança do processo de gestão de riscos, são apresentados a cada área de negócio (primeira linha de defesa) mecanismos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos de risco operacional, bem como a disseminação da cultura de controle para os demais colaboradores internamente. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados ao Fórum Técnico de Risco Operacional e Controles Internos e ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigação de riscos operacionais é atribuída às equipes de primeira linha de defesa.

As instituições financeiras e de pagamentos do Nubank, em cumprimento dos requisitos regulamentares, possuem processos que abrangem políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade do negócio para a ocorrência de eventos indesejáveis.

e. Risco de tecnologia da informação (TI)

O Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis resultantes de uma gama de possíveis ameaças à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo cibersegurança (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (acidentes ineficazes / processo de gerenciamento de problemas, impacto nos níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nubank opera em um ambiente desafiador de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de tecnologia da informação, incluindo o risco cibernético, são uma área prioritária para o Nubank e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha de defesa. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

O Risco de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição de riscos em relação às ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e cibersegurança, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são regularmente discutidos no Fórum Técnico de Riscos de TI e também apresentados ao Comitê de Riscos. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

f. Análise de sensibilidade

Para além dos cenários macroeconômicos considerados no cálculo da provisão, a Companhia ainda prevê possíveis impactos esperados da pandemia da COVID-19 no seu portfólio.

Durante o ano, a pandemia de COVID-19 mudou drasticamente o perfil de risco de crédito da carteira. As métricas de risco de crédito sofreram uma deterioração no começo da crise no Brasil, alcançando os maiores níveis em abril. Desde então, a Companhia tem observado uma melhora constante nos níveis de atraso e outros indicadores de risco, para patamares menores que os observados antes da crise - comportamento este que pode estar relacionado aos programas de auxílio governamental implementados durante o ano de 2020. A Companhia, portanto, considera que a melhora no perfil de risco do portfólio pode ser temporária, devido às incertezas acerca da possibilidade de uma segunda onda da COVID-19 e estímulos econômicos futuros por parte do Governo. Dessa forma, o cálculo da provisão considera ainda três possíveis cenários dados os desfechos e impactos da pandemia e evoluções no auxílio governamental prestado durante a crise.

	Otimista	Moderado	Pessimista
Provisão total	213.196	224.055	253.258

Abaixo a Companhia detalha o que se considera em cada um dos cenários:

- a) Otimista:** Os níveis de risco observados durante 2020 persistem no mesmo patamar para o exercício de 2021;
- b) Moderado:** O risco de crédito retorna aos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19; e
- c) Pessimista:** O risco de crédito deteriora para além dos níveis usuais observados anteriormente à crise desencadeada pelo COVID-19.

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital é estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM & Capital é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados à capital ao Comitê de Risco.

Requerimentos de capital mínimo

A Companhia deve cumprir um nível mínimo de capital considerando os requisitos mínimos para as instituições financeiras, de acordo com a Resolução CMN 4.193 de 1 de março de 2019.

De acordo com sua estratégia, o Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos.

Composição do capital

O Patrimônio de Referência (PR) da Companhia, utilizado para monitorar o cumprimento dos limites operacionais de Basileia impostos pelo BACEN, é a soma de dois itens, sendo eles:

- **Patrimônio de Referência Nível I:** soma do Capital Principal, que consiste em capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar, que consiste em instrumentos de dívida subordinada perpétua que atendam aos requisitos de elegibilidade. É importante ressaltar que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum instrumento elegível à Capital Complementar.
- **Patrimônio de Referência Nível II:** consiste em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas que atendam aos requisitos de elegibilidade. Junto com o Capital Principal, compõe o Patrimônio de Referência Total.

Os recursos da emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II para fins de relação capital / ativos ponderados pelo risco, conforme demonstrado a seguir. De acordo com a legislação em vigor, o saldo da dívida subordinada foi utilizado para cálculo do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (mais informações na nota 14).

A tabela a seguir mostra o cálculo dos índices de capital regulatório e os requisitos mínimos exigidos pela regulamentação em vigor no Brasil.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência (PR)	616.605	186.202
Nível I	526.237	106.050
Capital Principal	526.237	106.050
Nível II	90.368	80.152
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	2.018.821	518.222
Risco de Crédito (RWA CPAD)	1.938.216	450.913
Risco de Mercado (RWA MPAD)	328	-
Risco Operacional (RWA OPAD)	80.277	67.309
PR Mínimo Requerido	211.976	54.413
Margem PR	404.629	131.789
Índice de Basileia	30,5%	35,9%
RBAN - Capital Requerido	12.132	19.740
Margem PR considerando RBAN	392.497	112.049

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme a Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, a Companhia passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultados não recorrentes		
Despesa com assessoria - aquisição Easynvest	1.043	-
Total	<u>1.043</u>	<u>-</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Autorização de aumento de capital

Em 10 de dezembro de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$250.000, com a emissão de 308.056.916 ações ordinárias. Dessa forma, o capital social da Nu Financeira passa a ser de R\$844.925, dividido em 949.733.387 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 14 de janeiro de 2021.

b. Aquisição de recebíveis de transações de pagamento

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu, através credenciadoras parcerias, recebíveis de transações de pagamento de sua Controladora, no valor total de R\$536.438 pelo preço de aquisição de R\$534.405, retendo substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos subjacentes.

Tais recebíveis possuem vencimento entre fevereiro e julho de 2021, e as taxas de descontos variam entre 1,91% à 2,39% (mais spread que varia entre 0,90% a 1,25%) de acordo com o vencimento do recebível.

c. Mudança no quadro de diretores

No dia 19 de fevereiro de 2021, a Companhia reconheceu em Assembleia Geral Extraordinária a renúncia do diretor presidente, Sr. David Vélez Osorno, conforme carta apresentada, sendo conduzida ao cargo de Diretora Presidente a Sra. Cristina Helena Zingaretti Junqueira com efeitos imediatos a partir desta data.

